

Os discursos e os sujeitos nas concepções da AD e as políticas públicas de saúde para Ciganos

Alúzio de Azevedo Silva Júnior¹
Fundação Oswaldo Cruz –FIOCRUZ, Rio de Janeiro-RJ

Resumo

O presente artigo surgiu dos estudos da disciplina tópicos em análise do discurso, no doutorado do Programa de Pós-graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se de uma reflexão teórica sobre a possibilidade de instrumentalização da técnica de Análise do Discurso (AD) sobre as falas acerca das políticas públicas sobre saúde para os ciganos. A investigação se centra em duas questões principais: 1) Como está ocorrendo a circulação e a apropriação das políticas públicas de saúde pelas pessoas ciganas: estão as convertendo em saberes e uso dos serviços públicos, bem como nos cuidados de prevenção e de saúde no cotidiano? 2) Apesar de no discurso o SUS e o SNS estarem olhando as necessidades específicas das pessoas ciganas; será que pelo fato de serem sistemas burocráticos, moldados por estruturas neoliberais previamente dadas que seguem uma lógica hegemônica e excludente, usuários não-ciganos e o atendimento dos profissionais e protocolos médicos e burocráticos das unidades públicas de saúde dos dois sistemas não estariam reproduzindo estereótipos e preconceitos (racismo e discriminações) sobre as pessoas ciganas, dificultando o acesso diferenciado (equidade), integral e participativo em saúde? Espera-se que a instrumentalização da AD possa responder estas e outras questões

Palavras Chave: Análise do Discurso. Ciganos. Políticas Públicas.

Para começo de conversa: o sujeito e o texto como questões discursivas

Toda análise semântica nada mais é do que uma tradução do texto original em outro texto de responsabilidade do analista. A análise acaba se fazendo assim sobre a interpretação criada pelo pesquisador, que na realidade é um outro discurso, produzido sobre as condições de produção e do qual o primeiro é um componente intertextual entre outros (PINTO, 2002, p. 19).

Como todo texto, este nasceu com alguns intuitos dispersos que foram reunidos segundo algumas condições e coerções. Em primeiro lugar, tratou-se de uma obrigação ritualística de produção conceitual para que eu, enquanto um aprendiz de pesquisador do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pudesse concluir com êxito a disciplina

¹ Jornalista, especialista em cinema, mestre em educação e doutorando do Programa de Pós-graduação em Informação, Comunicação e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/Fiocruz), sob orientação da professora doutora Inesita Soares de Araujo.

Tópicos Especiais em Análise de Discurso, da qual participei durante uma semana bastante intensa, em dias concentrados no mês de março de 2016. Só por esta condição/situação (contexto), este diálogo está sujeito a seguir normas, técnicas e certos limites e rigores epistemológicos - enquanto dimensões fundadoras do fazer científico que se fazem necessárias para que a legitimidade do campo do conhecimento seja confirmada e eu aprovado como um especialista - que constroem e constituem tanto a forma e a maneira com que devo me colocar, quanto o conteúdo a que vou abordar.

O objetivo do trabalho proposto pelos professores Janine Cardoso e Wedencley Alves Santana, se delineou em construir um texto, em formato de artigo científico, cuja temática deveria abordar algum aspecto do amplo conteúdo debatido em sala de aula, que se caracterizou por evidenciar as diversas ramificações e correntes teóricas da disciplina teórica Análise de Discursos (AD), cada qual com seu leque de ferramentas conceituais, analíticas e metodológicas. A complexidade do exercício se completou no sentido de que deveríamos explorá-la levando-se em conta possíveis conexões e diálogos com nossos objetos empíricos de pesquisa, que, no meu caso, se inscreve como: "as estratégias e mediações de comunicação nas políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal".

A problemática da investigação, que viemos desenvolvendo desde 2014, se configura da seguinte maneira: de um lado estão os romani, que ao longo de séculos de contato com as sociedades ocidentais, sofreram inúmeras políticas anticiganas (Moonen, 2011) e violentos processos de exclusão e desigualdades sociais (Silva Jr, 2009); mas que nos últimos tempos passaram, no Brasil e em Portugal, ao menos em tese, a serem incluídos nos processos de cidadania por meio de políticas e ações afirmativas estatais (Silva Júnior, 2015). Grupos classificados como "minorias étnicas", com modos diferentes de se colocar no mundo e práticas milenares sobre a saúde, mas que estão, em sua maioria, em situação de extrema pobreza e péssimas condições sociais - falta de saneamento básico, água encanada, eletricidade, desempregados, etc (ONU, 2015) -, pelo que obrigatoriamente utilizam os serviços públicos de saúde e, claro, precisam que suas demandas, historicamente silenciadas e negligenciadas, sejam de fato ouvidas e atendidas de forma integral e equitativa.

E, de outro lado, estão o Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil e o Sistema Nacional de Saúde, em Portugal - representado por seus profissionais, fluxos, atendimentos, e outros usuários não-ciganos -, que tomando por base princípios como a

universalidade, a integralidade e, sobretudo, a equidade, desenvolvem estratégias e documentos normatizando o atendimento às minorias ciganas nos serviços públicos de saúde, teoricamente reconhecendo, valorizando e dialogando com as suas especificidades (conhecimentos, maneiras de ver e viver a vida). Ocorre que nessa relação intercultural - e, portanto, ao mesmo tempo, simbólica e social entre as pessoas ciganas e as pessoas não-ciganas nos serviços públicos de saúde, devem residir muitas questões conflituosas. Por se configurar como uma experiência nova e complexa, atravessada por várias dimensões e mediações (sociais, políticas e econômicas...), provavelmente, há uma série de dificuldades e contradições para que as políticas, programas, projetos e ações elaboradas pelos dois sistemas de saúde cheguem até os romani, sendo concretamente colocadas em prática na ponta dos serviços.

Neste cenário, emergem duas questões centrais: 1) Como está ocorrendo a circulação e a apropriação das políticas públicas de saúde pelas pessoas ciganas: estão as convertendo em saberes e uso dos serviços públicos, bem como nos cuidados de prevenção e de saúde no cotidiano? 2) Apesar de no discurso o SUS e o SNS estarem olhando as necessidades específicas das pessoas ciganas; será que pelo fato de serem sistemas burocráticos, moldados por estruturas neoliberais previamente dadas que seguem uma lógica hegemônica e excludente, usuários não-ciganos e o atendimento dos profissionais e protocolos médicos e burocráticos das unidades públicas de saúde dos dois sistemas não estariam reproduzindo estereótipos e preconceitos (racismo e discriminações) sobre as pessoas ciganas, dificultando o acesso diferenciado (equidade), integral e participativo em saúde?

Claro que tenho a consciência de que estabelecer relações entre temas tão díspares, ambivalentes e complexos como ciganos, saúde, política, cultura e comunicação, exige um olhar plural com distintas lentes teóricas. Evidentemente, não tenho a pretensão de respondê-las totalmente, ou buscar qualquer resposta conclusiva. Neste sentido, o intuito é privilegiar o debate e reflexão aprofundada sobre o tema, que ainda carece de compreensão crítica e discursiva (multidimensional). Mas então como fazer essa ancoragem? É aí que as lentes da AD vêm ao encontro de meus objetivos. Com as suas categorias de discurso, sujeito (identidade/diferença), heterogeneidade/polifonia, dialogismo, contexto e interdiscurso, que no conjunto ancoram uma teoria da discursividade social, proporciona possibilidades cruciais para analisar criticamente as políticas públicas de saúde para ciganos no seu processo integral, que envolve a produção (na confecção das políticas

quando os agentes institucionais lutam pela predominância de um ponto de vista), a circulação (mediações) e as estratégias que as próprias pessoas ciganas põem em curso para sua apropriação dos serviços de saúde.

Tais categorias trazidas pela AD são transversais e estão imbricadas em todas as fases e etapas da pesquisa, tanto quanto nesse texto. Por um lado, funcionam como noções teórico-operacionais, ao privilegiar uma perspectiva dialógica e polifônica (BAKHTIN, 1981 e 2002) com as pessoas ciganas durante a pesquisa de campo, com o cuidado necessário para não causar nenhum tipo de violência simbólica. Por outro, funcionam como categorias analíticas, na organização e interpretação dos dados (corpus) produzidos em campo, que serão enfocados à luz dessas lentes. Trata-se de uma ferramental epistemológica que auxilia a refratar o objeto teórico², no momento inscrito como: "as relações de poder na produção social de sentidos dos processos interculturais (identidade/diferença) na e da saúde".

Ao considerar que, em qualquer evento comunicacional, inclusive os do âmbito das políticas públicas (intervenção social), os sentidos produzidos no fluxo discursivo entre um interlocutor e outros interlocutores são sempre permeados por múltiplas mediações e diferentes relações sociais e de poder (ARAÚJO, 2002) e, portanto, são construídos historicamente e socialmente (MAINGUINEAU, 1997); a perspectiva trazida pelos estudos da discursividade social atrela os efeitos de sentido dos discursos à uma dimensão ideológica (PINTO, 2002 e Verón, 2004). E assim, permite revelar os entremeios das lutas entre os diferentes atores, agentes e instituições sociais e suas posições (hegemônicas ou subalternas) na busca por dar a última palavra na arena discursiva e, conseqüentemente, atender aos seus interesses instituídos claramente ou não na cena social.

Em outras palavras, é uma ângulo que percebe o discurso como uma entidade, metaforicamente, similar a um punhal, que possui dois gumes e, tanto serve a uma possibilidade de legitimação e/ou reprodução/consenso da hegemonia vigente, quanto pode ter um viés de mudança que passa pela transformação social (ARAÚJO, 2002).

Assim, tomando por base os preceitos de uma teoria da produção social dos sentidos, nesse texto, pretendo trazer para o centro da roda uma discussão fundamental: a (des) construção social (simbólica) do sujeito (eu), enquanto uma categoria chave para as

²A teoria da produção social dos sentidos não será a única referência teórica da pesquisa. Uma tarefa deste tamanho exige um quadro conceitual híbrido - o que não será nenhuma incoerência, posto que a própria AD tem uma verve interdisciplinar profícua no diálogo com outras disciplinas das ciências sociais, como por exemplo, os chamados Estudos Culturais, que também fazem parte do meu referencial teórico mas que não é objeto deste trabalho em específico.

linhas críticas da pós-modernidade vinculadas à AD, que se constitui como uma instituição narrativa aberta, ponto de passagem do discurso e em constante relação com o outro (alteridade). A visão da AD, por exemplo, possibilita "desnaturalizar" dispositivos de enunciação, como os processos de identificação e diferenciação (nomeação, definição, classificação), fundamentais para a constituição das identidades individuais e coletivas, mas que são utilizados como estratégias discursivas dos que estão mais ao centro e que detêm a hegemonia para estereotipar, discriminar, ou excluir (exclusão) aqueles que estão mais à periferia na rede discursiva de um ato comunicativo qualquer (ARAÚJO & Cardoso, 2007). Imbuído desta ancoragem, parto do pressuposto que a identidade cultural cigana foi forjada de maneira genérica e racista em processos de identificação / diferenciação posto em jogo pelas sociedades ocidentais (não-ciganas), especialmente, a partir de estereotipação e discriminação operadas pelos sistemas de representação e nomeação (definição, classificação, normatização) existentes nas configurações sociais das ideologias discursivas hegemônicas. E como resultado, temos uma situação nefasta, que, ao mesmo tempo, reproduz, reforça e amplia os contextos do racismo, da exclusão e das desigualdades sociais em que a maioria das pessoas ciganas se encontram hoje, no Brasil ou em Portugal. A minha hipótese é que essa questão deve, inclusive, interferir no modo como os ciganos se relacionam com os serviços de saúde, já que muitas vezes, pelas próprias condições precárias de vida são impedidos de acessá-los, ou quando conseguem romper tal barreira - por preconceito, desconhecimento, entraves burocráticos etc - não conseguem um atendimento integral e equitativo.

Desta maneira, especificamente, neste texto, a minha proposta é realizar uma reflexão sobre o desenvolvimento e o lugar do (s) sujeito(s) (identidades sociais e étnicas) na semiologia social enquanto categoria chave para a compreensão dos textos, contextos, discursos e interdiscursos presentes nas textualidades (incluindo naquelas em que estão envolvidas as políticas públicas de saúde para ciganos). E, neste processo de entendimento da concepção do sujeito, por certo, que também percorreremos os principais postulados e princípios da AD, focando essencialmente nos conceitos de polifonia e dialogismo a que Milton PINTO (2002) classifica e reinterpreta como primados da semiótica infinita e heterogeneidade enunciativa e seus impactos na semiologia.

O sujeito para a Análise de Discurso: uma breve contextualização

Mas o que é mesmo um sujeito? A problemática do sujeito responde à pergunta: 'a quem atribuir a responsabilidade por tal ou tal representação reconhecida em um texto?' e entra para a análise de discursos juntamente com os estudos de *enunciação*. Enunciação é o ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado (PINTO, 2002, p. 32).

Até meados do século passado, o sujeito era um tema praticamente ignorado nas teorias do campo da linguagem. Foi somente nos anos 60 que os estudos envolvendo a comunicação sofreram um "boom", ocasião em que apareceram inúmeras correntes e teorias³ que elegeram o discurso como objeto, é que a noção de sujeito emerge como uma força fundamental na análise da produção social dos sentidos. Pela "diversidade de enfoques", como diria Milton PINTO (2002, p. 13 e 14), fica "praticamente impossível fazer uma síntese de todas as correntes da análise de discurso" - que a partir de agora também será abreviada como AD. E ainda que não tenha a pretensão de aprofundar tal discussão, é preciso estabelecê-la para entender a complexidade do campo.

Olhando para a tradição, PINTO (idem, p. 8) sistematiza três matrizes principais de todas as correntes atuais: 1) A AD Francesa, que tem seu início na década de 60 por Michel Pechêux; e que parte dos estudos linguísticos desenvolvidos por Ferdinand de Saussure, acoplado aos estudos da ideologia de Louis Althusser; 2) A Pragmática, a etnometodologia e outras abordagens de textos Anglo-americanas, que se iniciou no século XX, no bojo da chamada filosofia da linguagem comunicacional (semiótica), inaugurada por Sanders Peirce; e 3) O pensamento do filósofo Russo Michail Bakhtin e seu círculo de pensadores, que apesar de ser também do início do século XX, somente na década de 70 foi introduzido nos estudos ocidentais da linguagem, cujos conceitos de polifonia e gênero de discurso (dialogismo) impactaram de maneira irreversível a teoria social dos discursos, constituindo-se "como princípios de análises aplicados a toda AD social".

Foi Saussure (em sua obra fundadora "Curso de Linguística Geral - 1916) quem estabeleceu as bases de duas dessas disciplinas que influenciaram fortemente a AD: a linguística e a semiologia, definindo que à primeira caberiam os estudos acerca da linguagem verbal (oral e escrita) e à segunda todas as outras linguagens. O teórico inaugurou um novo modo de olhar para a língua, demarcando duas questões que têm influenciado sobremaneira a discussão sobre o tema: 1) a linguagem verbal possui

³ Linguística, semiologia, semiótica, análise de discurso, teoria da produção social dos sentidos, da discursividade social, teoria da enunciação... São muitos nomes que, apesar de semelhantes quanto ao objeto de estudos, se diferenciam por visões e objetivos distintos na concepção analítica e interpretativa do discurso.

múltiplas funções: física, fisiológica, individual, social; e 2) a língua possui duas dimensões: a sincronia (um estado, estática) e diacronia (uma fase de evolução, dinâmica). Partindo da concepção saussureana, os estudos da linguística privilegiaram o aspecto sincrônico da língua, deixando de fora as questões da diacronia (história) e do sujeito (RIBEIRO, 2016).

Desenvolvendo-se em paralelo à linguística e apesar de ter suas próprias fases e correntes, esta disciplina bebeu fortemente na matriz estruturalista (marxista) e, basicamente, era vista por seus praticantes "como um mecanismo de montagem das estruturas ideológicas e de poder". Nesta concepção, emerge a crítica aos processos de "naturalização e universalização", cujo procedimento de análise deveria revelar os detalhes que "transformavam a cultura burguesa em natureza universal." (RIBEIRO, 2016).

Assim, "para se diferenciar das etapas anteriores", "especialmente da ideia de uma análise imanente de textos, não contextualizada" (social e historicamente), "costuma-se agora qualificá-la como semiótica social ou semiologia dos discursos sociais" (PINTO, 2002, p. 25). Foi justamente no bojo da matriz semiológica, que Emile Benveniste desenvolveu sua teoria da Enunciação, demarcando a reintrodução da discussão acerca do sujeito nas teorias linguísticas (RIBEIRO, 2016).

Aliás, é possível dizer que, foi "em oposição a uma tendência representativa da língua", que põe ênfase "no domínio do nomear, da nomeação", "ao nome próprio enquanto um ideal de representação pura e onde não se coloca a subjetividade", que Benveniste marca uma "nova maneira de ver a língua apreendendo-a, enquanto função demonstrativa, que coloca foco no domínio do mostrar - a mostração". Neste enquadramento, os demonstrativos - pronomes como o EU e o TU - passam a ter representatividade, o sujeito a "ocupar uma posição privilegiada", e a linguagem "a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito pode representar o mundo" (BRANDÃO, 1995, p. 45).

Para Brandão (idem, p.46 e 47), a intervenção de Benveniste foi fundamental para, além de "(re) incorporar a noção de subjetividade", que "tem ocupado, modernamente, um amplo espaço nas discussões linguísticas"; também mudar o foco da análise "do texto do enunciado em si" (produto) para "o ato de produzir enunciado" (processo). Assim, o autor busca "esboçar as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza", definindo a enunciação como "o processo de apropriação da língua" e, ao afirmá-lo, traz no seu bojo duas outras constatações: 1) a língua só se concretiza no ato de

enunciação (fala); e 2) faz a noção de sentido passar pela de sujeito "introduzindo aquele que fala na sua fala" como também "coloca, necessariamente, a figura do locutor".

O problema é que Benveniste colocou excesso de foco no "EU" vindo "no ego o centro da enunciação". Entretanto, sabe-se que "toda linguagem é subjetiva" e "há discursos indeterminados ou impessoais", que podem "mascarar o sujeito" (BRANDÃO, 1995, p. 48). Apesar dessa incongruência, as ideias de Benveniste marcaram definitivamente a AD atual. Nas palavras de Ana Paula Goulart RIBEIRO (2016) o autor: "[...] abriu caminhos na França para o surgimento da escola de AD Francesa, inaugurada por Michel Pêcheux". Este último, influenciado pela concepção de ideologia (marxista) elaborado por Louis Althusser passa a "fornecer uma definição de discurso determinada e apreendida numa relação com a história, articulando-a às questões do sujeito e da ideologia".

A contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de organismos humanos individuais, mas a representação de lugares determinados na estrutura de uma formação discursiva, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia (...) no discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representados por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, em todo o processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa visão do imaginário do outro, fundar estratégias de discurso" (BRANDÃO, 1995, p. 36).

Todavia, em seus primeiros passos, a AD francesa continuou presa à perspectiva anterior. Segundo Coutrine (1981 apud BRANDÃO, 1995), a tentativa de definição da noção de "condição de produção" elaborada por Pêcheux, não rompe com as origens psicossociológicas já assinaladas " por Benveniste e os modos estruturalistas da semiologia. Concordando, com esta perspectiva, para RIBEIRO (2016), o modo de olhar para o (lugar do) sujeito no quadro teórico da enunciação continuava arraigado a matriz linguística, variando entre duas concepções: "o subjetivismo individualista" ou o "objetivismo abstrato". A ruptura com a visão anterior veio com o filósofo russo Mikhail Bakhtin.

Foi somente⁴ a introdução dos conceitos de *polifonia* e *dialogismo* que provocou uma verdadeira ruptura epistemológica nos estudos sobre

⁴ A AD Francesa também desenvolveu abordagens que dialogam com tal perspectiva, como as teorizadas por Althier-Revuz e por Oswald Ducrot. Cada qual, à sua maneira, mas combinando com os conceitos de Bakhtin, repensam o sujeito, descentrando-o e demarcando-o "espacialmente e temporalmente", e

linguagem. Esses conceitos permitiram não só relacionar o discurso às suas **condições de produção**, mas também explicar a articulação das práticas discursivas com o conjunto das formações sociais. (RIBEIRO, 2016, p. 10).

Polifonia e dialogismo: a contextualização do sujeito e a multiplicidade de vozes

Em sua "crítica à visão da língua como abstrata e ideal", a que considerava como "fato social e concreta", Bakhtin "visou a criação de uma teoria da enunciação enquanto realidade da linguagem", cujo foco se deu em torno da construção social (contexto). O que o autor propôs foi uma nova maneira de ver a linguagem: como interação social, em que "o outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integrando todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo", revelando "as relações intrínsecas entre a linguagem e o ideológico" (BRANDÃO, 1995, p. 9).

Para Bakhtin, a enunciação é compreendida como uma réplica do diálogo social, se configurando como a unidade de base da língua. "Trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior". Além do que, ela é de natureza social, portanto ideológico. "ou seja, não existe fora de um contexto social, já que cada interlocutor tem um horizonte social. Há sempre um interlocutor, ao menos em potencial" (BAKHTIN, 2002). Nas palavras do autor:

Um enunciado vivo, significante, surgido em momento histórico e em meio determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos vivos, tecidos pela consciência socio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado e de participar ativamente do diálogo social. De resto, é dele que o enunciado saiu: ele é como sua continuação (...) (BAKHTIN, 1975: 100, in BRANDÃO, idem, p. 53).

Brandão (1995, p. 55) enfatiza que autor de uma "teoria da polifonia", argumenta que "a palavra não é monológica, mas plurivalente", e o dialogismo, "uma condição constitutiva do sentido", possui "uma dupla orientação: uma voltada para outros discursos como processos constitutivos do discurso, outro voltado para o outro da interlocução - o destinatário", que se constitui como uma espécie de "avesso do discurso". Pelo que é possível dizer que "toda palavra é pluriacentuada, com acentos contraditórios, que cruzam-se no seu interior e o sentido se constitui nesse e por esse entrecruzamento". Ou seja, "o

desenvolvendo uma noção da comunicação não mais fincada na homogeneidade, questionando o "sujeito enquanto central e origem e fonte do sentido, formulado inicialmente por Benveniste, porque na sua fala outras vozes também falam" (Brandão, 1995, p. 49).

discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares e concorrentes".

Na medida em que "o diálogo é ontológico e se constitui na relação com o outro" (RIBEIRO, 2016), a grande questão aqui colocada é a de que, ainda haja uma ilusão da unicidade do sujeito, enquanto uma entidade autocentrada egoisticamente, o sujeito não é individualista e somente se realiza na coletividade. Isto é, o ser não se basta, precisa do outro, pelo que o indivíduo se constrói na intersubjetividade. Esta nova concepção de sujeito desloca a noção supervalorizada ou a noção que descarta o sujeito completamente e recoloca-o entre o social e o contextual (histórico, cultural, político), realizador sim dos sentidos, mas ao mesmo tempo seu efeito.

A polifonia, além de detectar uma multiplicidade de vozes, também aponta para o ângulo no qual elas se justapõem, a forma como elas dialogam. O que caracteriza a polifonia é a "orquestração contrapontual de vozes" no interior do texto. É em meio a essa "orquestração" que é gerada a significação. Ela não é dada, é construída. E é construída exatamente na interação, no dialogismo. A significação é, portanto, gerada interpessoalmente e o discurso é um território compartilhado (não possui um único autor, é uma criação coletiva) (RIBEIRO, 2016, p. 21).

Reforçando a importância da visão bakhtiniana, e os seus principais conceitos (polifonia e dialogismo), a que denomina como postulado da heterogeneidade enunciativa e semiose infinita, PINTO (2002, p. 30) pondera que se posicionar dialogicamente significa ir contra toda uma tradição teórica que postula pela "unicidade do sujeito" (monológica), segundo a qual "o único responsável por todas as representações presentes num determinado texto é o indivíduo de carne e osso reconhecido socialmente como seu autor empírico".

Aliás, PINTO (idem, p. 31) argumenta que a AD "a aceitação do postulado da unicidade do sujeito como óbvio" é bastante "desastroso" e significa negar que "todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação (...) um tecido de vozes ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindos de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado". Neste sentido, a heterogeneidade enunciativa "manifesta-se num texto em dois planos distintos, ambos designados por Mikhail Bakhtin de polifonia, e que alguns autores preferem denominar de intertextualidade":

o da heterogeneidade mostrada, caracterizado pela manifestação, localizável pelos receptores/intérpretes (e pelo analista de discursos, entre eles) a partir do contexto situacional imediato, de uma multiplicidade de outros textos citados de maneira unívoca ou aludidos pelo presente; e o do plural do texto, heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso,

constituído pelo entrelaçamento no texto presente de vestígios de outros textos preexistentes, muitas vezes independentemente de traços recuperáveis de citação ou alusão e segundo restrições sócio-histórico-culturais sobre as quais o(s) autor(es) empírico(s) do texto não tem controle" (PINTO, 2002, p. 31).

Considerando que a noção de polifonia pode ser classificada como: "o jogo das diferenças e das relações não só entre as vozes do mesmo texto, mas entre enunciados, entre textos, entre texto e contexto, etc", dialogismo revela outro postulado importante para a AD: "a essência da semiose infinita, termo que designa o movimento incessante dos sentidos, através de uma rede remissiva que é acionada em cada enunciação". É neste cenário dramático e dramatizado que "o sujeito inscreve-se de maneira indissociável em processos de organização social e textual" (ARAÚJO, 2002, p. 31).

Na opinião de Ribeiro (2016, p. 31), ao reintroduzir "os dois recaldados do estruturalismo: a história e o sujeito", o filósofo russo "fez do dialogismo (da relação com o Outro) o fundamento de toda a discursividade". Essa noção tem consequências fundamentais para o estabelecimento dos seus principais postulados epistemológicos: "não importa mais a estrutura, mas o processo" e "a noção de texto tende a ser abandonada em detrimento da de discurso ou, mais precisamente, da de interdiscurso". Mais que isso, "a categoria de significado é abandonada pela ideia de sentido". Nestas questões, estão basicamente os principais postulados e primados epistemológicos da teoria da discursividade social.

O significado carrega a idéia de algo pronto, cristalizado, estável e independente das circunstâncias; algo imanente às palavras. Sentido se associa a pluralidade e dinamismo. É uma propriedade contextual, que remete ao processo, não à estrutura. O sentido se constitui em cada situação de enunciação (em cada ato da interação verbal), sob determinadas condições histórico-culturais e mediado por instituições, que exercem coerções sobre o processo de produção (RIBEIRO, idem, p. 32).

Diante disso, é possível dizer, então, que "todo discurso se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de outros textos (anteriores, contemporâneos e posteriores)". De um lado está "o eixo horizontal", formado pelo "sujeito-destinatário"; e de outro lado, se coloca o eixo "vertical", em que texto e contexto coincidem" (RIBEIRO, 2016, p. 36). Neste diapasão, interessante notar que PINTO (2002) chega a fazer inclusive uma distinção entre "o autor empírico de um texto" e o "sujeito do enunciado" (também chamado de narrador ou emissor), "representado em textos verbais pelo pronome eu", isto é, "um personagem entre outros personagens que agem e falam nos

textos (outros sujeitos do enunciado)". De maneira, que "habitualmente, o autor e o emissor coincidem", quando é o responsável pelo seu próprio enunciado. Porém, há "situações" em que o autor "fala de si mesmo como uma pessoa no mundo, independente de ser o responsável pelo enunciado".

Explicando melhor, "o emissor de um enunciado", também chamado "de sujeito da enunciação", "põe em cena um ou mais enunciadores" - posições discursivas - "a quem se creditam as representações correntes no enunciado" e "com as quais o emissor identifica ou não". Tal "lugar enunciativo que define o sujeito da enunciação" inclui: a imagem que faz de si mesmo" e "que faz do mundo ou universo de discurso em jogo". Ou seja, ao autor empírico, corresponde o seu "público ou audiência". A "esse lugar que o(s) coemissor(es) assume(m) ao reconhecer nos enunciadores a ele(s) atribuídos pelo emissor, pode se dar o nome de sujeito falado" ou "coenunciador" (PINTO, 2002, p. 35 e 36).

Os três tipos de sujeitos assim definidos, os do enunciado, o da enunciação e o falado, nada mais são do que uma forma cômoda de se explicitar os diferentes posicionamentos, posições, lugares ou mesmo discursos, no sentido definido no início desta seção, que se tecem nos textos, apoiando-se ou opondo-se entre si. São seres de papel, ou papéis, numa metáfora dramática já bastante difundida nas ciências sociais, que se constituem em lugares de identificação para os participantes de carne e osso ao se assumirem como emissores ou coemissores em eventos comunicacionais. Faz parte ainda do dispositivo de enunciação a relação que o texto propõe entre o enunciador e coenunciador, que é o lugar onde se manifestam as relações de saber e poder em jogo (PINTO, 2002, p. 36).

Diante do cenário exposto acima, é possível, então dizer, que dentro da concepção da AD atual, as identidades sociais e as diferenças culturais constituídas pelos grupos sociais, são formas de representar as posições ou lugares que os indivíduos ou sujeitos podem ocupar no interior das formações discursivas. Segundo Dominique Maingueneu (1997, p. 32 e 33), esta dimensão disciplinar "prefere formular as instâncias de enunciação em termos de lugares", o que significa dizer que ela coloca "ênfase na preeminência e preexistência de uma topografia social sobre os falantes, que aí se circunscrevem".

Esta visão mostra "um conceito de lugar que repousa sobre esse traço essencial segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa". Pelo que, "a instância da subjetividade enunciativa" se revelaria por intermédio de duas faces: uma que constitui o sujeito individual enquanto sujeito de um discurso; e outra que o assujeita, configurando-se como um movimento dialético que, ao mesmo tempo, "ordena o enunciador" por meio de regras e o "legitima", atribuindo

"autoridade vinculada institucionalmente" ao lugar ocupado (MAINGUINEAU, idem, p. 33). Dito de outro modo: "é preciso pensar desde o início a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente exterior" (MAINGUINEAU, 1997, 75).

Este primado do sistema de lugares é crucial, a partir do momento que raciocinamos em torno de formações discursivas, trata-se, então, segundo o preceito de Michel Foucault, de 'determinar' qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito. (...) a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é ao mesmo tempo e intrinsecamente um efeito do enunciado (MAINGUINEU, 1997, p. 33).

No argumento de Manguineau (1997, p. 34) os enunciados dependentes da AD se apresentam como efeito, não apenas como fragmentos da língua natural desta ou daquela formação discursiva, mas também como amostras de um certo gênero discursivo". Deste modo, "a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se facilmente que a lista de gêneros, seja por definição, indeterminada". Assim, a principal função do analista, seria a de "definir em função de seus objetivos, os recortes genéricos que lhe parecem pertinentes".

Neste ponto, nos deparamos com outra questão fundamental para a AD atual: a emergência do contexto - ou *condições sociais de produção* - como questão central. Alargando o conceito, contexto pode ser compreendido como: "práticas socioculturais onde os produtos culturais se originam (eu acrescentaria circulam) e são consumidos". E assim, PINTO (2002, p. 26) compara o analista de discurso a uma espécie de "detetive cultural", a quem teria duas tarefas: 1) o dever de "procurar e interpretar vestígios que permitam a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo", e 2) "formular hipóteses que expliquem por que, dentro do universo de todos os textos passíveis de citação, de maneira consciente ou inconsciente, pelos produtores de textos, em um determinado contexto, social e histórico, imediato ou amplo, só alguns deles, bem determinados, recorrentemente, no texto produzido".

Quando se analisam textos dessa forma, abordando-os como parte de práticas sociais inseridas em contextos determinados, dizemos que foram analisadas como discurso. Os participantes dessas práticas assumem o papel de sujeitos, no duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo dos textos (PINTO, 2002, p. 12).

Isso equivale a dizer que a AD "não se interessa tanto pelo o que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e porque o diz e mostra". Assim, a semiologia dos discursos sociais prima por "explicar os modos de dizer exibidos pelo texto", que se dividem em três tipos: 1) modos de mostrar, no sentido do uso do referencial da linguagem, pelo qual são criados os universos de discurso em jogo no processo comunicativo; 2) modos interagir, no uso da linguística pelo qual são construídas as identidades e relações sociais assumidas pelos participantes no processo comunicacional; e 3) modos de seduzir: o uso da linguagem na busca de consenso, pelo qual se distribuem os afetos positivos e negativos, associados ao universo de discurso em jogo (PINTO, 2002, p. 27).

Para a análise de discurso, cada texto pertence a um gênero de discurso ou a uma espécie de discursos e, para cada gênero ou espécie, cabe determinar o que se chama dispositivo de enunciação: a explicitação dos diferentes posicionamentos ideológicos ou posições enunciativas ou ainda lugares de fala - ou seja, as diferentes maneiras de construir a representação de uma determinada prática social ou área do conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas ou não pelos participantes do evento comunicativo em curso" (PINTO, 2002, p. 33).

De maneira que "não basta identificar diversas formas de rompimento no tecido de uma formação discursiva, pois é também no nível constitutivo que esta se relaciona com o interdiscurso", pelo que, "é preciso definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso". Isso significa dizer que "essa interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca pode ser compreendida como um processo de tradução generalizada, ligada a uma intercompreensão constitutiva". Trata-se de "uma tradução que opera não de uma linguagem para outra, mas de uma formação discursiva para outra". Isso porque, "num espaço discursivo considerado, o sentido não é algo estável, que poderia ser relacionado a uma posição absoluta, mas se constrói no intervalo entre posições enunciativas" (MAINGUINEAU, 1997, p. 111).

O que está em causa aqui é o problema dos mediadores. Deve-se com efeito, questionar se a noção de intermediário entre um grupo social e um discurso é tão simples quanto parece. No que tange à pergunta em que condições uma formação discursiva é possível? Não é suficiente lembrar a existência de um conflito social, de uma língua, de ritos e de lugares de enunciação, é preciso ainda pensar que o próprio espaço de enunciação, longe de ser um simples suporte de contingente, um quadro exterior ao discurso, supõe a presença de um grupo específico, sociologicamente caracterizável, o qual não é um agrupamento fortuito de *porta vozes* (MAINGUINEAU, 1997, p. 54).

Na impossibilidade de fechamento e conclusão: reafirmando algumas questões

Vimos que a compreensão do papel e posições dos sujeitos na produção dos sentidos sociais não é uma questão simples e está vinculada ao contexto histórico, social e ideológico. E neste sentido, podemos sintetizar o sujeito como: descentrado, desfragmentado, inconcluso e aberto, dependente do social (contexto), se faz na relação com o outro, e sempre ocupa uma dada posição enunciativa que é estabelecida pelas condições de produção.

Já o discurso, é o que liga a sociedade à língua, pelo que determina o curso dos acontecimentos sociais e culturais, políticos e ideológicos, tanto quanto são determinados por eles. E neste sentido, diria Milton PINTO (2002, p. 89) que "todo discurso é um simulacro interesseiro, produzido com o objetivo de se conseguir dar a última palavra na arena da comunicação, isto é, de ter reconhecidas pelos outros as representações, identidades e relações sociais construídas por seu intermédio" e acrescentaria Inesita Araujo (2002, p. 31), que "se um texto é polifônico, o discurso - conjunto de textos articulados numa prática discursiva - também assim se apresenta. Discursos são por esse prisma, espaço de articulação das vozes que se exprimem".

Aprendemos com Bakhtin, porém, que as vozes correspondem a 'sotaques' sociais, que por sua vez, correspondem a interesses e posições distintas na topografia social; essas vozes se defrontam e se confrontam na língua pelo predomínio discursivo. Então, discursos são o espaço primeiro no qual se dão os embates sociais e se estabelecem as relações de poder" (ARAÚJO, 2002, p.31).

Trazendo para o meu objeto de pesquisa, certamente, os aspectos conceituais e analíticos trazidos pelas concepções de uma teoria da produção social dos sentidos serão imensamente necessárias tanto para ancorar conceitualmente, quanto metodologicamente. De posse de conceitos como polifonia e dialogismo, por exemplo, poderíamos nos perguntar que vozes se expressam nas políticas de saúde para ciganos? Elas são conflituosas? De que modo as vozes ciganas foram e são representadas nas políticas de saúde destinadas para si? Elas foram ouvidas e tiveram destaque ou foram apenas citadas, representadas genericamente, mas sem direito à fala?

Dito de outro modo, é preciso apontar para quais foram os contextos de produção das políticas públicas. Se foi um processo equitativo em que os ciganos, principais interessados

também foram chamados a participar, ou apenas foram citados, meramente? Se foram chamados, suas demandas de fato foram atendidas e reivindicadas?

E esta construção se dará numa pesquisa de campo, que pretendo realizar com dois grupos distintos ciganos, para ouvir diretamente deles como está sendo esta apropriação, isto é, explorando os seus contextos micros. O meu interesse não é simplesmente amplificar ou dar voz aos ciganos, como se eles não a tivessem. O destaque necessário dado as vozes ciganas e aos seus conhecimentos na pesquisa de campo serão refletidas de uma forma dialógica na própria composição textual da tese, em que suas vozes terão espaço garantido e de uma forma polifônica, isto é, equivalente e equipolente.

Se por um lado, será possível identificar os contextos culturais micros específicos, apontando aspectos e estilos de vida, por outro, também de posse da ideia de interdiscurso e intertextualidade, poderemos estabelecer os contextos macros em que as políticas afirmativas se adentram, que se efetivam na tentativa de implantar uma sociedade mais justa, distribuindo recursos para aqueles que historicamente são excluídos socialmente. Isto é, podemos revelar como se conformam as determinações sociais da saúde dos ciganos, apontando as situações e condições estruturais críticas e de pobreza em que vivem já inseridos também em contextos mais amplos das políticas nacionais, que são por sua vez, tensionadas por outras camadas globais.

Parodiando Nestor Garcia Canclini (p. 156), uma teoria da linguagem não pode partir do sujeito falante, mas deve ser capaz de localizá-lo de forma aberta, deixar espaço para que sua invenção surja e reopere sobre a estrutura que o determina. Desta forma, o "especialista não deve representar a voz dos silenciados, mas sim entender e nomear os lugares de suas demandas".

Necesitamos entonces una teoría de los sujetos colectivos que permita identificar y entender los focos de iniciativas sociales, los conflictos del sistema y las prácticas de las clases y los grupos que intentan resolverlos" (CANCLINI, p. 156).

Bibliografia

ARAÚJO, I. S. **Mercado Simbólico: interlocução, luta e poder: um modelo para as políticas públicas**, Rio de Janeiro: 2002. Tese - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucite,

BRANDÃO, H. N. Helena. **Introdução à Análise de Discursos**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

MAINGUINEU, D. **Novas Tendências em Análise de Discurso**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

MOONEN, F. **Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife, PE: 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf

SILVA JÚNIOR, A.A. **A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon**, 2009, 267p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=Alu%EDzio+de+Azvedo+Silva+J%FAnior&ano_base=2009&palavra_chave=&orientador=> Acesso em Jul. 2016.

SZSÁK, R. **Informe de la relatora especial sobre cuestiones de las minorias**. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2015.

RIBEIRO, A. G. Mikhail BAKHTIN. **Semiologia e Análise do Discurso**. Apresentação em power point. Universidade Feral do Rio de Janeiro (UFRJ), 2016.